

**A CONTRIBUIÇÃO DO IICA
PARA A AGRICULTURA E O
DESENVOLVIMENTO DAS
COMUNIDADES
RURAIS NO BRASIL**

Apresentação

O Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) tem a satisfação de apresentar o Relatório Anual de suas principais realizações no Brasil em 2004.

A Representação do IICA neste país conta 41 anos de trabalho, tempo em que vem acumulando e compartilhando conhecimentos e experiências em temas importantes para a agenda de desenvolvimento no hemisfério. Atua em áreas estratégicas como comércio e desenvolvimento de agronegócios, inovação tecnológica, sanidade agropecuária e inocuidade de alimentos, desenvolvimento rural sustentável e capacitação no meio rural.

Trata-se de uma atuação inclusiva. Os projetos de cooperação técnica do IICA/Brasil consolidam atividades de mais de 1000 organizações dos três setores da sociedade. A relação se dá nos três níveis de governo da federação e objetiva, de maneira constante, interagir as comunidades participantes. É um trabalho abrangente, visto que alcança 90% dos estados brasileiros, com presença em mais de 3000 municípios.

O presente documento oferece uma perspectiva técnica das atividades desenvolvidas no âmbito dos projetos de cooperação, realizados em cada uma das áreas estratégicas do IICA, de acordo com o Plano de Médio Prazo da instituição e a Agenda Nacional de Cooperação Técnica.

Carlos Américo Basco
Representante do IICA no Brasil

1. INTRODUÇÃO

O Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) é o organismo especializado em agricultura do Sistema Interamericano, criado por resolução do Conselho Diretor da União Pan-Americana em outubro de 1942. De acordo com a convenção vigente, os objetivos do IICA são estimular, promover e apoiar os esforços dos 34 Estados Membros para alcançar seu desenvolvimento agrícola e o bem-estar rural.

O IICA trabalha com base em um conjunto muito claro de princípios e objetivos estratégicos. Possui um mandato definido pela Junta Interamericana de Agricultura (JIA), composta pelos Ministros da Agricultura dos Estados Membros, e opera com base em um Plano de Médio Prazo (PMP), que reflete as tendências do setor agropecuário da América Latina e do Caribe e define as áreas programáticas para a sua cooperação técnica.

Com base nesse PMP e na capacidade técnica e administrativa acumulada em sua história, a Representação do IICA no Brasil vem atuando na geração e no intercâmbio de conhecimentos técnicos e científicos, no apoio ao planejamento, no estabelecimento de estratégias de desenvolvimento local e regional, na elaboração e gestão de projetos, bem como no respaldo a ações de fortalecimento do agronegócio e de negociações internacionais agrícolas, temas de fundamental importância regional.

Os resultados apresentados neste relatório refletem as diretrizes e as prioridades estabelecidas na Declaração de Bávaro, firmadas pelos ministros da agricultura dos 34 países membros do hemisfério, durante as reuniões da JIA, realizadas em 2000, na República Dominicana, e em 2003, no Panamá.

2. RESUMO EXECUTIVO

2.1. Resultados da Cooperação Técnica em 2004

Facilitação da competitividade e o comércio global

Foi destaque, nesse período, o apoio do IICA ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) no desenho e na implementação do sistema informatizado de gerenciamento, incluindo a operacionalização, fiscalização e pagamento para o programa de subvenção federal ao prêmio do seguro rural no Brasil, para o cumprimento da Lei nº 10.823, de 19.12.2003, e de seu decreto de regulamentação.

Cabe ressaltar também a cooperação prestada pelo IICA ao fortalecimento do Mapa visando à formulação e à implementação de políticas para o desenvolvimento do agronegócio, a partir da realização de estudos e de diagnósticos das principais cadeias produtivas do agronegócio brasileiro.

Promoção da inocuidade de alimentos e da sanidade agropecuária

Tendo em vista a importância estratégica para as cadeias do agronegócio brasileiro, o IICA participou, a convite do Mapa, das reuniões de planejamento e gestão da Conferência Internacional de Rastreabilidade de Produtos Agroalimentares, incluindo, entre outros temas, os sistemas de conformidade, a identificação de origem e a rastreabilidade de produtos da cadeia agroalimentar.

Também foi destaque a solicitação do Mapa ao IICA de apoio na identificação, caracterização e descrição de pragas de sementes das principais hortaliças com risco potencial para o Brasil, no âmbito do trabalho de Análise de Risco de Pragas (ARP), visando o fortalecimento e a adequação dessa técnica às demais atividades de defesa fitossanitária.

Fortalecimento das comunidades rurais

Os projetos de combate à pobreza rural (PCPRs), financiados pelo Banco Mundial, elaborados e implementados com o apoio técnico do IICA, nos estados do Ceará, Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Piauí, Maranhão e Rio Grande do Sul, foram fundamentais na contribuição para o fortalecimento das comunidades rurais beneficiadas, mediante a ampliação de seus estoques de conhecimentos, a reflexão sobre causas e consequências de seus problemas centrais e a adoção de instrumentos para enfrentá-los de forma associativa e autônoma.

O IICA, juntamente com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por intermédio do Projeto de Crédito Fundiário, vem adotando uma abordagem de desenvolvimento que facilita a identificação de vantagens comparativas de cada território rural, articulando as potencialidades locais com alternativas concretas de negócios.

Para alcançar os objetivos da proposta de desenvolvimento dos territórios rurais, foi desenhado um cenário de contínua articulação e adequação de políticas públicas com oportunidades e iniciativas territoriais capazes de:

- desenvolver ainda mais o capital social e o capital humano nos territórios apoiados, ainda que já presentes e atuantes;

- introduzir inovações sócio-econômicas capazes de ampliar e de diversificar suas atividades geradoras de renda e empregos e caminhar para a consolidação de uma economia territorial que valorize os recursos locais, apoiando projetos inovadores, demonstrativos e associativos;
- estabelecer espaços institucionais de articulação, debates, decisão e gestão de planos territoriais de desenvolvimento, que organizem os recursos territoriais em torno de iniciativas sustentáveis e competitivas;
- introduzir práticas de gestão social para aumentar e qualificar a participação social e estabelecer novos processos de interação dos setores públicos com a sociedade civil.

Integração hemisférica

No âmbito hemisférico, sobrepujou o apoio ao fortalecimento da capacidade técnica e institucional de organizações especializadas localizadas no Brasil, Argentina, Bolívia, Chile, Equador e Peru em busca de soluções para problemas sócio-econômicos e ambientais decorrentes da desertificação.

O IICA continua a apoiar a articulação entre instituições de pesquisa agropecuária dos países latino-americanos, por intermédio das redes de pesquisa Procis, em particular do Procitropicos e Procisur. Dessa forma, os países da região e do hemisfério se beneficiam dos projetos de pesquisa científica em curso e usufruem seus resultados.

Desenvolvimento do capital humano

No Brasil, a experiência de gestão participativa e descentralizada desenvolvida pelo IICA tem sido aplicada na capacitação de beneficiários dos projetos de cooperação técnica do instituto, mediante a elaboração de planos regionais e locais de desenvolvimento sustentável em diversos estados do país.

A capacitação é realizada por intermédio de uma abordagem sistêmica e integrada na formulação e execução de projetos de base de agricultura familiar, com forte componente de desenvolvimento organizacional, para elevar a compreensão dos beneficiários sobre aspectos técnico-gerenciais e sobre novos conceitos e valores, tais como cidadania, sustentabilidade, meio ambiente, transparência, parceria e autogestão, entre outros.

Destacou-se a iniciativa do IICA em criar e implementar um Fórum Permanente de Desenvolvimento Rural como instância articuladora do trabalho nacional e difusora da experiência brasileira em desenvolvimento rural sustentável para o resto do continente, cujo intuito foi o de acelerar o intercâmbio de conhecimentos e de profissionais entre países da região em processos de cooperação técnica horizontal.

Gestão do meio ambiente

Evidenciou-se, em 2004, a atuação do IICA no Programa de Luta Contra a Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca na América do Sul, com a proposta de melhorar as condições sociais e econômicas das comunidades rurais afetadas pelos problemas sócio-econômicos e ambientais

gerados pelo fenômeno da desertificação, a partir da mudança de comportamento, de tecnologias apropriadas, de capacitação e de treinamento, tendo como base o desenvolvimento sustentável.

De maneira especial, o IICA desenvolveu – e continua a desenvolver – ações de cooperação técnica a algumas secretarias estaduais de recursos hídricos direcionadas para as seguintes metas:

- fortalecer o institucional das secretarias de recursos hídricos estaduais e dos órgãos ambientais associados, dotando-as de bases técnico-legais e administrativas, visando o gerenciamento integrado dos recursos hídricos;
- implementar o conceito de desenvolvimento do recurso terra e água no amplo contexto do território definido pela bacia hidrográfica e sua envoltória geográfica em benefício do meio sócio-ambiental com o objetivo de mitigar impactos e otimizar recursos financeiros e humanos propiciados pelas ações de cooperação;
- desenvolver e implementar tecnologias adequadas para o uso racional dos recursos hídricos no setor da agricultura irrigada e formular políticas de irrigação com o enfoque “água para a agricultura, água para a alimentação”, em consonância com as metas de desenvolvimento do milênio, que é a redução da pobreza rural;
- desenvolver instrumentos de implementação de políticas de recursos hídricos, tais como formação de comitês de bacia, sistemas de informação, procedimentos de outorga para os direitos de uso da água, monitoramento de parâmetros hidroambientais;
- desenvolver aspectos relacionados à quantidade e à qualidade dos recursos hídricos, ao abastecimento e ao saneamento rural, a práticas agrícolas adequadas de conservação do solo, à prevenção de perdas de solo produtivo, à gestão de riscos, secas e enchentes, à reciclagem e à reutilização da água para a agricultura, tudo em consonância com as diretivas e orientações internacionais vigentes e amplamente adotadas no contexto do desenvolvimento sustentável.

Modernização institucional

O IICA no Brasil tem realizado um contínuo trabalho no sentido de criar e fortalecer as estruturas institucionais nacionais encarregadas da formulação, execução e avaliação de estratégias, políticas, programas e projetos de desenvolvimento rural, nos âmbitos nacional e local, por intermédio de atividades de capacitação para o fortalecimento e modernização institucional entre as quais se destacam:

- a elaboração de um plano de modernização da Área de Tecnologia da Informação do Mapa e a implementação de um programa de gestão integrada de informações agropecuárias;
- a intervenção junto à Embrapa no desenvolvimento de atividades-chave para o fortalecimento institucional;
- o fortalecimento da capacidade das secretarias de agricultura e de planejamento dos estados das regiões Nordeste e Sul, ampliada para a execução de projetos e programas de cooperação técnica que vislumbrem o desenvolvimento rural sustentável.

3. O ESTADO DA AGRICULTURA E A VIDA RURAL NO BRASIL EM 2004

3.1. O Desempenho Recente da Agricultura Ampliada

O Brasil encerrou 2004 com saldo superavitário de US\$33 bilhões na balança comercial do agronegócio, resultado de US\$38 bilhões de exportações e US\$5 bilhões em importações. É um saldo recorde que representa um aumento de 27,6% sobre o resultado de 2003, quando o *superavit* do agronegócio atingiu US\$25,848 bilhões (US\$30,6 bilhões em exportações e US\$4,8 bilhões em importações). Entre 2000 e 2004, o *superavit* comercial do agronegócio mais do que dobrou: passou de US\$14,8 bilhões, em 2000, para os US\$33 bilhões de 2004, ano em que os principais destaques das exportações do setor foram o *complexo soja* (grão, farelo e óleo), com remessas de US\$10 bilhões; e o *complexo carnes*, com receitas das vendas externas de US\$6 bilhões. Soja e carne, sozinhos, respondem por 42% do total de exportações do agronegócio brasileiro.

Os bons resultados de exportações do agronegócio, em 2004, estão vinculados não apenas ao aumento dos volumes exportados como também à recuperação dos preços médios, apesar da queda de valores das *commodities*, a partir do segundo semestre. Em média, entretanto, os preços praticados em 2004 foram mais elevados do que em 2003, o que levou o setor a atingir números recordes. O preço médio da tonelada exportada do *complexo carnes*, por exemplo, foi de US\$1,441 no período de janeiro a outubro (2004), 21,9% a mais que o valor médio por tonelada de US\$1,157 registrado nos primeiros dez meses do ano de 2003. Na média, os preços do *complexo soja*, praticados nas exportações de 2004, foram 25% superiores que os de 2003, sendo 20% superiores no *complexo carnes*.

Grande destaque para as remessas de carne bovina, que já haviam obtido receita de US\$2,05 bilhões no acumulado entre janeiro e outubro/2004, o que representa 67,7% a mais que o total de US\$1,22 bilhão de igual período de 2003. No segmento de carne bovina, o Brasil ocupou espaços anteriormente atendidos por fornecedores como os Estados Unidos, que reduziram sua participação no mercado depois do registro de doença da vaca louca em seus rebanhos. A Austrália, outro forte competidor, enfrentou problemas com a ocorrência de secas.

O aumento do *superavit* do agronegócio tem ligação direta com os ganhos de produtividade acumulados pela agropecuária brasileira nos últimos anos. Na safra 1999-2000, a safra brasileira foi de 83 milhões de toneladas, com área plantada de 37,7 milhões de hectares. Em 2003-2004, a área plantada foi de 47,5 milhões de hectares, com crescimento de 26% sobre 1999-2000. Já a produção de 119,3 milhões de toneladas representa um aumento de 43,7% sobre 1999-2000. O aumento da produção permitiu abastecer melhor o mercado interno, incluindo a produção de carnes e suprimindo com grãos a preços mais baixos; além de permitir a geração de excedentes para exportação.

Em 2004, entretanto, o Brasil não apenas expandiu o total de receitas de exportação do agronegócio como também diversificou a pauta de produtos vendidos ao exterior, ampliando ainda a quantidade de destinos.

O Produto Interno Bruto (PIB) da agropecuária brasileira teve elevação de 3%, em 2004, frente a 16% de 2003, segundo avaliação da CNA/Cepea-USP. Significa dizer que o PIB do setor rural segue em ritmo mais lento do que o restante da economia, já que as previsões mais modestas consideraram um crescimento de 4,5% para o PIB do país em 2004. Esse menor desempenho do PIB da agropecuária afetou o resultado de todo o agronegócio, que teve um crescimento aproximado de 3,2% em 2004, contra 6,5%, em 2003. Com esses resultados, o agronegócio vai reduzir a sua participação no conjunto das riquezas do Brasil. Em 2003, com PIB de R\$508,3 bilhões, o agronegócio representava 31% do PIB brasileiro. Já em 2004, com crescimento mais

lento, o PIB do agronegócio, de R\$524,5 bilhões, correspondeu, aproximadamente, a 30,4% do PIB total da economia.

As vitórias obtidas pelo Brasil na Organização Mundial do Comércio (OMC) pela derrubada dos subsídios à produção norte-americana de algodão e europeia de açúcar prometem garantir novos mercados. Para o açúcar, por exemplo, a decisão da OMC abre mercado adicional de 1,6 milhão a 2 milhões de toneladas anuais.

Em termos de volumes, o Brasil terá safra recorde de produção de grãos. Há indicadores de crescimento do *setor de proteínas animais*, com expectativa de expansão do segmento de aves entre 6% e 8%. Para o setor de suínos, o crescimento previsto é de 4%. Espera-se, também, aumento da produção de carne bovina, devido à elevação das exportações. Em 2004, o segmento de carne bovina já havia registrado crescimento de 4% na produção de carne bovina. Com esse desempenho, em termos de aumento de volume, era de se esperar crescimento do PIB da agropecuária, mas provavelmente isso não ocorrerá. A combinação do aumento da produção brasileira com a elevação da produção mundial vai afetar o crescimento do PIB do setor rural em virtude da queda dos preços. Considerando apenas o volume do aumento da safra de grãos, em 2005, a projeção é de crescimento da renda da agropecuária em 2,2%, abaixo dos 3% de 2004.

O setor rural bateu recordes na geração de empregos, como vem ocorrendo nos últimos cinco anos, apesar da perda de renda registrada em 2004. Nesse ano, entre janeiro e outubro, 249.340 empregos formais foram gerados no campo, frente aos 191 mil novos empregos nos dez primeiros meses de 2003. A expectativa é de que o resultado acumulado de 2004 registre entre 90 mil e 100 mil novos empregos, frente as 58 mil vagas de trabalho geradas no ano de 2003, representando um crescimento de pelo menos 64%.

3.2. Os Assuntos Críticos do Entorno Internacional e Nacional para a Agricultura e a Vida Rural

O cenário positivo do comércio exterior foi atingido, ao final de 2004, pela valorização do real frente ao dólar, que prejudicou as exportações do setor, favorecendo as importações. Como o agronegócio é o setor que mais exporta na economia brasileira, um câmbio desfavorável, abaixo de R\$2,70 por dólar, trouxe efeitos nocivos à balança comercial da agropecuária.

O excelente desempenho das exportações do agronegócio brasileiro, registrado em 2004, não deverá se repetir em 2005, pois o cenário é de queda dos preços internacionais das principais *commodities*. Com as atuais tendências de preços em baixa, nem mesmo o aumento da produção nacional, estimada em 130 milhões de toneladas para a próxima safra terá força suficiente para compensar a geração final de receitas de exportação.

As exportações de soja deverão render ao Brasil cerca de US\$9 bilhões, frente aos US\$10 bilhões de 2004. As receitas com exportações de carnes deverão se manter estabilizadas, na faixa de US\$6 bilhões, com possibilidade de ligeira elevação. Há preocupação quanto ao câmbio que estará em vigor em 2005. Se o real se mantiver valorizado em relação ao dólar, as exportações serão prejudicadas. O ideal seria o retorno das cotações para faixa superior a R\$2,90 por dólar.

A queda de renda do setor agropecuário, devido à redução dos preços das principais *commodities*, pode comprometer a manutenção do ritmo crescente de geração de novos empregos no campo. Caso haja clima favorável, gerando boa safra, essa tendência poderá ser revertida. O mesmo efeito positivo seria observado com a abertura de novos mercados, que ampliariam as exportações do agronegócio.

Uma combinação de fatores negativos gerou um crescimento mais lento para o agronegócio em 2004. Houve quebra de safra, com perdas de 10 milhões de toneladas em relação às estimativas iniciais. Ao mesmo tempo, foi registrada elevação dos preços dos insumos agropecuários, elevando os custos de produção no campo. Por fim, houve redução dos preços pagos ao produtor rural, como nos casos da batata inglesa, cacau, milho, feijão, laranja e carnes. A redução da renda do produtor permitiu, entretanto, que a alimentação ficasse mais barata para o consumidor final. De acordo com dados do Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisa Econômica (IPC-Fipe), o preço da alimentação, em termos reais, caiu 1,78% entre janeiro e novembro no Brasil.

A precária infra-estrutura de escoamento do Brasil é outro fator que prejudica a remuneração dos produtores, pois reduz os preços pagos pelas *commodities*. Estradas esburacadas e portos com capacidade insuficiente para atender aos embarques são fatores que depreciam o valor da produção agrícola brasileira. Se o clima for extremamente favorável na safra 2004-2005, elevando a produção, haverá problemas de escoamento e, conseqüentemente, redução nos preços. Há preocupação quanto à intensidade do fenômeno El Niño para o ano de 2005, pois provoca chuvas em excesso no Sul e seca no Norte, e sua presença já foi prevista pelo Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet). Se o fenômeno se apresentar de forma intensa, poderá trazer impactos negativos sobre as lavouras.

É importante também que aumentem os investimentos públicos na área de defesa sanitária animal, para que o país possa erradicar a febre aftosa de todo o seu rebanho, contribuindo para que a carne brasileira tenha acesso aos mais importantes mercados mundiais, que melhor remuneram o produto. O Brasil precisa erradicar a febre aftosa nas regiões Norte e Nordeste, além de apoiar programas para a erradicação da doença em países vizinhos, o que aumentará a proteção do rebanho brasileiro.

3.3. A Situação das Condições de Vida nas Comunidades Rurais

A agricultura familiar, que ocupa mais de quatro milhões de estabelecimentos agropecuários do país (cerca de 90% do total), responde por 40% do valor bruto da produção agropecuária (metade dos produtos componentes da cesta básica) e ocupa apenas 33% da área total agropecuária. Constitui-se na principal alavanca do desenvolvimento sustentável do interior. Ela tem um imenso espaço para crescer e desenvolver-se, pois apenas 20% dos estabelecimentos familiares são “muito integrados” ao mercado, enquanto 40% são “pouco integrados”, restando outros 40% que quase não geram renda.

Um programa com objetivos claros de atuar decididamente no revigoramento dos 80% dos estabelecimentos familiares com espaço para desenvolver-se, gerando uma grande contribuição à economia e à redução das assimetrias mencionadas, poderá provocar externalidades ainda maiores quando aplicados os fundamentos da abordagem territorial, o que é uma decisão estratégica do governo federal.

Análises fundamentadas apontam para um fato que se sobressai: nas últimas décadas, as políticas públicas implantadas para promoção do desenvolvimento rural no Brasil ou foram insuficientes ou não pretendiam mesmo generalizar melhorias substanciais na qualidade de vida das populações que habitavam o interior brasileiro. A maior evidência é o aumento da pobreza e a persistência das desigualdades regionais, setoriais, sociais e econômicas. Em 1996, 28,6% dos lares brasileiros e 35,8% da população eram considerados pobres. Em 1999, esses indicadores subiram para 29,8% e 37,5%, respectivamente. O nível de indigência, entretanto, foi ligeiramente reduzido

no mesmo período, passando de 10,5% dos lares e 13,9% da população para 9,6% dos lares e 12,9% da população (Panorama Social de América Latina – 2001-2002, Cepal).

Mesmo com avanços em espaços conquistados pelos movimentos sociais, os resultados ainda estão muito aquém das necessidades. Alguns poucos resultados ainda podem ser considerados restritos a determinadas regiões ou setores. As assimetrias quanto às oportunidades de desenvolvimento ainda produzem o maior contingente de pobres e de excluídos no meio rural.

4. RESUMO DA AGENDA NACIONAL

O governo brasileiro definiu suas prioridades, objetivos e metas de atuação para o biênio 2004-2005 no meio rural em dois planos direcionados para os diversos segmentos de produtores, cujas diretrizes são as seguintes:

Plano Agrícola e Pecuário 2004-2005

- permitir novos aumentos da produção por meio de ganhos de produtividade e de incorporação de áreas de modo ambientalmente sustentável, possibilitando mais e melhores alimentos aos brasileiros e crescimento da exportação e do saldo comercial do agronegócio;
- potencializar o processo de crescimento econômico do país, promovendo a interiorização do desenvolvimento e ampliando as oportunidades de inclusão social por intermédio do aumento de renda e de emprego no campo e na cidade;
- alavancar a modernização e a competitividade do agronegócio, financiando maciçamente o investimento produtivo e trabalhando em prol da melhoria da infra-estrutura no meio rural;
- inserir, cada vez mais, a agropecuária e o agronegócio nos mercados financeiro e de capitais, atraindo novos investidores com a utilização de mecanismos inéditos de financiamento, comercialização e seguro, reduzindo os custos e os riscos das atividades.

Plano Safra para a Agricultura Familiar 2004-2005

- beneficiar cerca de 1,8 milhão de famílias com crédito fácil, juros baixos e prazos estendidos;
- levar informação e tecnologia aos estabelecimentos familiares, criando condições técnicas para aumentar a qualidade da produção e a renda desses produtores rurais;
- fortalecer e incentivar o desenvolvimento de produtos com valores agregados;
- consolidar linhas especiais de financiamento, como o Pronaf Jovem e o Pronaf Mulher, que incluem públicos com grande potencial de crescimento, mas com dificuldades em acessar o crédito;
- promover o desenvolvimento sustentável no campo, gerando emprego e renda a milhões de pessoas e garantindo a produção dos alimentos necessários à segurança alimentar do povo brasileiro, no contexto do Programa Fome Zero;

- apoiar a comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar, inclusive dos assentamentos da reforma agrária, por intermédio de compras diretas, garantindo preços estáveis aos produtores;
- ampliar a oferta e simplificar a concessão de crédito rural por intermédio das linhas de financiamentos especiais do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) com encargos financeiros favorecidos, direcionando essas linhas de crédito também para o semi-árido nordestino e para os segmentos sociais marginalizados;
- implementar uma política nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), fomentando o desenvolvimento de novas metodologias, culturas e tecnologias que facilitem a vida dos agricultores familiares e respeitando o meio-ambiente, a vocação e o potencial de cada região.

O IICA, após considerar essas diretrizes e avaliá-las juntamente com as autoridades brasileiras, incorporou-as ao conjunto de ações que pratica no Brasil, de modo a refletir em Agenda Nacional as intenções do governo brasileiro.

Dessa forma, o documento reflete as manifestações de prioridades que servirão como importantes marcos referenciais para o trabalho de execução e detalhamento dos projetos específicos entre esta representação e as entidades participantes.

Os projetos apresentados foram submetidos posteriormente às autoridades consultadas. Dessa forma, converteram-se em indicadores fundamentais do Plano de Médio Prazo 2002-2006, no que se refere ao Brasil.

Vale ressaltar que a complexidade do setor público brasileiro, a elevada representação dos órgãos da iniciativa privada e a diversidade regional dificultaram a elaboração de uma agenda única. Assim, procurou-se compor uma agenda que nem fosse excessivamente extensa e diversificada nem demasiadamente genérica. Os temas propostos pelas autoridades brasileiras, tanto dos setores públicos quanto dos setores privados, convergem para várias atividades da competência desta representação. Alguns apresentam normas de orientação ou ênfase a projetos e a atividades em vigência que atendem, parcial ou totalmente, às proposições das autoridades representativas do país.

O IICA/Brasil criou condições e pretende formular medidas que permitam às instituições parceiras avaliar periodicamente os projetos e as ações correspondentes às prioridades do país. Com esse intuito, foram adotados os seguintes procedimentos operacionais:

- a) submissão dos relatórios de progresso e final dos projetos em execução às autoridades técnicas das entidades conveniadas;
- b) disponibilidade dos produtos mais relevantes, não apenas aos órgãos do mesmo ministério, mas também a todos os parceiros institucionais do IICA;
- c) encaminhamento oportuno das prestações de contas às considerações dos projetos.

5. RESULTADOS DA COOPERAÇÃO TÉCNICA EM 2004

5.1. Facilitação da Competitividade e do Comércio Global

A Lei nº 10.823, de 19 de dezembro de 2003, autorizou o Poder Executivo a conceder subvenção econômica ao prêmio do seguro rural e criou o Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural (CGSR), com competência para gerir a aplicação do benefício. O objetivo é regulamentá-la, por meio de decreto, bem como disponibilizar as condições operacionais gerais para sua efetiva aplicação. Ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) coube a responsabilidade de executar e coordenar todas as ações inerentes à implantação e à administração do novo programa governamental.

Em razão disso, o Mapa solicitou ao IICA apoio para desenvolver e implementar um sistema informatizado de gerenciamento e de operacionalização do novo programa, para que o mesmo possa responder com eficácia e agilidade, dadas as características intrínsecas da nova ação governamental.

Ainda quanto ao tema em questão, cabe destacar que o IICA tem trabalhado com o objetivo de realizar estudos e avaliações para a implantação de um efetivo seguro rural no Brasil. Proveniente de um projeto de cooperação técnica, firmado entre o IICA e a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul, o livro *Reflexões sobre o seguro agrícola* é fruto do desenvolvimento desse trabalho e tem o intuito de esclarecer aspectos do seguro agrícola, nem sempre de conhecimento generalizado e que, por isso mesmo, podem se tornar entraves ao desenvolvimento desse importante instrumento de política agrícola.

O enfoque central dessas reflexões refere-se aos prováveis comportamentos da oferta e da demanda e à respectiva interação refletida no equilíbrio de mercado. Ainda nesse aspecto, são abordados os incentivos ao crescimento do mercado de seguro agrícola. Posteriormente, são objetos de reflexão os requisitos para o seguro agrícola operar com eficiência e os mecanismos que avaliam a diluição e a partilha do risco. Por derradeiro, é oferecida uma proposta que sugere tratamento diferenciado aos seguros de sinistros generalizados e aos seguros de sinistros independentes.

Cabe destacar que o IICA foi oficialmente designado, em maio de 2003 (reunião realizada em Brasília/DF), para atuar como Secretaria Técnico-Administrativa do Conselho Agropecuário do Sul (CAS), cujas funções são exercidas por intermédio dos escritórios do IICA localizados na Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai, países membros em que o instituto possui representação.

A Representação do IICA no Brasil participa desse esforço conjunto com as demais representações do instituto na Região Sul e objetiva cumprir a diretriz formulada pela sua direção-geral, que estabelece como uma das prioridades a cooperação do instituto na região no período 2002-2006: “promover os esforços que apoiem a cooperação na agricultura e facilitem o comércio agrícola dentro do contexto do Mercosul” e, especificamente, “apoiar o Foro Ministerial Regional como mecanismo de diálogo e coordenação regional”.

Para cumprir sua missão, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) formula e executa políticas para o desenvolvimento do agronegócio, integrando aspectos mercadológicos, tecnológicos, científicos, organizacionais e ambientais para atendimento dos consumidores brasileiros e do mercado internacional. A atuação do ministério baseia-se na busca de sanidade animal e vegetal, da organização da cadeia produtiva do agronegócio, da modernização da política agrícola, do incentivo às exportações, do uso sustentável dos recursos naturais e do bem-estar social.

Uma das inovações da atual gestão do Mapa foi a criação de câmaras setoriais das diversas cadeias produtivas do agronegócio (carne, leite, avicultura, açúcar e álcool, fruticultura e outras). Elas reúnem representantes do governo e do setor privado para debater e propor políticas públicas para o agronegócio brasileiro.

Ressalta-se a cooperação prestada pelo IICA ao fortalecimento do Mapa visando à formulação e à implementação de políticas para o desenvolvimento do agronegócio, a partir da realização de estudos e diagnósticos das principais cadeias produtivas do agronegócio brasileiro.

A cooperação técnica do IICA visa suprir a demanda por informações e diagnósticos específicos das cadeias produtivas que facilitem a elaboração do planejamento estratégico do agronegócio e do plano de ações do Mapa; e servir de suporte à definição, formulação e acompanhamento da agenda de trabalho das câmaras setoriais e temáticas do Conselho Nacional do Agronegócio (Consagro) e do próprio Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

O projeto também prevê a estruturação e a implantação de um banco de dados que permita ao Mapa dispor de informações parametrizadas sobre as cadeias produtivas do agronegócio.

Outra ação demandada pelo Mapa ao IICA foi o apoio técnico em ações que visam o desenvolvimento do cooperativismo nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. Nesse sentido, o IICA realizou um estudo cujo objetivo foi conhecer o universo cooperativista do Nordeste nas dimensões econômicas, sociais, políticas, culturais e de contribuição para o desenvolvimento regional e, principalmente, para o desenvolvimento do agronegócio.

Foram também pesquisados áreas e setores mais representativos de atuação das cooperativas, a diversidade cooperativista e a contribuição destas para o desenvolvimento de territórios e do agronegócio em dadas regiões. Torna-se interessante o conhecimento sobre a contribuição do cooperativismo no processo de mobilização da população para a participação de empreendimentos de caráter coletivo e associativo, com a finalidade de geração de renda e de emprego.

Tem-se a expectativa de que o citado estudo possa indicar novos temas para o debate do cooperativismo no Nordeste e, também, fornecer elementos para subsidiar formulação de políticas, diretrizes e programas de ação por parte do governo em suas três instâncias (federal, estadual e municipal) e por parte de agências nacionais e internacionais de desenvolvimento, em direção ao requerido progresso do setor cooperativista na região em pauta.

5.2. Promoção da Inocuidade de Alimentos e da Sanidade Agropecuária

Tendo em vista a importância estratégica para as cadeias do agronegócio brasileiro, o IICA participou, a convite do Mapa, das reuniões de planejamento e gestão da Conferência Internacional de Rastreabilidade de Produtos Agroalimentares, incluindo, dentre outros temas, os sistemas da conformidade, a identificação de origem e a rastreabilidade da cadeia agroalimentar.

Também por solicitação do Mapa o IICA/Brasil apresentou propostas referentes aos temas de vigilância em fronteiras, rastreabilidade e encefalite espongiforme bovina (EEB) com o objetivo de intensificar a cooperação técnica nos mesmos. Em referência à EEB, foi elaborado conjuntamente um pré-projeto para o reconhecimento oficial e a manutenção do Brasil com *status* de país livre desse problema.

É de se destacar, ainda, a cooperação técnica prestada pelo IICA ao Mapa na identificação, caracterização e descrição de pragas de sementes das principais hortaliças com risco potencial para

o Brasil, no âmbito do trabalho de Análise de Risco de Pragas (ARP), tendo em vista a formulação da política pública fitossanitária.

5.3. Fortalecimento das Comunidades Rurais

A estreita aliança com o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), tanto em âmbito federal quanto com os governos estaduais, tem permitido ao IICA aprofundar o relacionamento com os governos dos estados do Nordeste, região na qual se localiza o maior contingente de pobreza no meio rural do Brasil.

Os projetos de combate à pobreza rural (PCPRs) elaborados e implementados com o apoio do IICA, com financiamento do Banco Mundial, nos estados do Ceará, Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Sergipe, Piauí, Maranhão e Rio Grande do Sul, contribuíram e contribuem para o fortalecimento das comunidades rurais beneficiadas e para a ampliação de conhecimentos, promovendo a reflexão sobre seus problemas centrais, suas causas, conseqüências e instrumentos para enfrentá-los de forma cooperativa e autônoma, com o objetivo de:

- melhorar a qualidade de vida e a renda das populações pobres da área rural, possibilitando um maior acesso a serviços de infra-estrutura social e econômica básica, por meio do emprego de métodos consagrados de desenvolvimento impulsionados pelas comunidades;
- aumentar o capital social das comunidades rurais para que possam se organizar coletivamente e suprir as próprias necessidades;
- aumentar a capacidade de governança local por intermédio de uma maior participação dos cidadãos e pela transparência no processo decisório, com a criação e o fortalecimento de associações comunitárias e de conselhos municipais; e
- incentivar uma maior integração entre políticas, programas e projetos de desenvolvimento local, fornecendo apoio aos conselhos municipais para que estendam seu papel de captação de recursos, de definição de prioridades e de tomada de decisões sobre o uso de recursos.

Cabe destacar que, por meio dos PCPRs, o IICA tem construído uma metodologia de capacitação formativa para lideranças comunitárias de grupos excluídos, entre eles negros, índios, pescadores artesanais e mulheres rurais.

O IICA, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), e por intermédio do Projeto de Crédito Fundiário, adota uma abordagem de desenvolvimento que evidencia as vantagens comparativas de cada território rural, apresentando, aos segmentos sociais locais, alternativas concretas de negócios. Graças a um enfoque pautado no empoderamento das organizações locais e no estímulo à formação de capital social, pretende habilitar instituições locais e regionais a planejar o desenvolvimento territorial.

O instituto entende também que o conceito de território não pode se restringir a uma simples base física para as relações entre os indivíduos. Ele possui um tecido social, uma organização complexa, feita por laços construídos localmente, os quais vão muito além de seus atributos naturais. É uma rede de interesses, potencialidades e necessidades histórica e socialmente construídas, que precisa ser mobilizada para a efetivação de processos de mudança social.

Numa economia globalizada, a agricultura familiar precisa ser competitiva conforme os padrões do mercado. O desafio é conciliar essa competitividade com a afirmação da cooperação,

como força política e econômica dos trabalhadores, ou seja, é preciso construir redes solidárias de produção e comercialização sem perder de vista a perspectiva de mercado.

Com essa finalidade, o projeto implantado pelo IICA em cooperação com o MDA busca identificar oportunidades de negócio que viabilizem processos de produção e apropriação de excedentes em âmbito local e que favoreçam investimentos públicos e privados em infra-estrutura social e produtiva. Em outras palavras, consiste em articular alianças estratégicas que dêem sustentabilidade a esses processos por meio de parcerias e empreendimentos comuns.

Para alcançar os objetivos da proposta de desenvolvimento dos territórios rurais, desenhou-se um cenário de contínua articulação e adequação de políticas públicas com oportunidades e iniciativas territoriais capazes de:

- desenvolver ainda mais o capital social e o capital humano nos territórios apoiados, ainda que já presentes e atuantes;
- introduzir inovações sócio-econômicas capazes de ampliar e diversificar suas atividades geradoras de renda e de empregos, de caminhar para a consolidação de uma economia territorial que valorize os recursos locais, apoiando projetos inovadores, demonstrativos e associativos;
- estabelecer espaços institucionais de articulação, debates, decisão e gestão de planos territoriais de desenvolvimento, capazes de organizar os recursos territoriais em torno de iniciativas sustentáveis e competitivas;
- introduzir práticas de gestão social que aumentem e qualifiquem a participação social e que estabeleçam novos processos de interação dos setores públicos com a sociedade civil.

Trata-se ainda de incorporar a noção multidimensional da agricultura ao processo de elaboração de políticas públicas de desenvolvimento rural; de articular aspectos sociais, ambientais, econômicos e éticos que estabeleçam mecanismos que garantam a proteção ao meio ambiente e aos direitos fundamentais da humanidade.

O foco é a abertura de mercados para os produtos da agricultura familiar, utilizando o comércio como um instrumento de apoio ao desenvolvimento territorial. Esse trabalho será realizado de forma articulada com o *lobby* das organizações da sociedade civil dos países desenvolvidos.

Ainda no âmbito do MDA, destaca-se a cooperação técnica com o Incra, destinada à consolidação da pequena agricultura familiar, aos projetos de assentamento da reforma agrária e ao apoio à gestão do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). O propósito é melhorar seu desempenho, a partir do efetivo engajamento do capital social e humano existente nos municípios e do estabelecimento de um sistema de monitoria e avaliação das ações e dos resultados alcançados pelo programa.

5.4. Integração Hemisférica

No âmbito hemisférico, o IICA no Brasil tem contribuído decisivamente no processo de integração institucional e de cooperação horizontal, atuando em estreita articulação com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), órgão vinculado ao Ministério das Relações Exteriores que tem

como prioridade a promoção de maior coordenação entre a política e os programas de cooperação do *governo brasileiro*, os organismos internacionais e as entidades beneficiárias.

O IICA apóia a articulação entre instituições de pesquisa agropecuária dos países latino-americanos por intermédio das redes de pesquisa Procis, em particular do Procitrópicos e Procisur. Dessa forma, os países da região e do hemisfério se beneficiam dos projetos de pesquisa científica em curso e usufruem seus resultados.

Por intermédio de seus escritórios, distribuídos pelos seis países membros, o IICA exerce a função de Secretaria Técnico-Administrativa do Conselho Agropecuário do Sul (CAS), criado oficialmente em maio de 2003, em reunião realizada em Brasília.

A Representação do IICA no Brasil participa desse esforço conjunto com as demais representações do instituto na Região Sul, de cumprir a diretriz formulada pela sua direção-geral, que estabelece, como uma das prioridades, a cooperação do instituto na região no período 2002–2006: “promover os esforços que apoiem a cooperação na agricultura e facilitem o comércio agrícola dentro do contexto do Mercosul” e, especificamente, “apoiar o Foro Ministerial Regional como mecanismo de diálogo e coordenação regional”.

O IICA no Brasil dedica-se ainda ao fortalecimento da capacidade técnica e institucional de organizações especializadas no Brasil, na Argentina, na Bolívia, no Chile, no Equador e no Peru, sempre em busca de soluções para os problemas sócio-econômicos e ambientais gerados pelo fenômeno da desertificação. Com esse propósito, o IICA tem apoiado a elaboração de planos no Brasil e nos cinco países inseridos no Programa de Combate à Desertificação na América do Sul, que englobam ações estruturantes e a identificação de meios de implementação provenientes de agências de financiamento nacionais e internacionais.

5.5. Desenvolvimento do Capital Humano

A experiência com gestão participativa e descentralizada desenvolvida pelo IICA tem sido aplicada na capacitação de beneficiários dos projetos de cooperação técnica do instituto no Brasil, mediante a elaboração de planos regionais e locais de desenvolvimento sustentável endereçados, especificamente, aos estados do Ceará, Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe, Piauí, Maranhão e Paraíba; Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

A capacitação utiliza uma abordagem sistêmica e integrada na formulação e na execução de projetos de base de agricultura familiar, com forte componente de desenvolvimento organizacional, para elevar a compreensão dos beneficiários sobre os aspectos técnico-gerenciais e sobre novos conceitos e valores, como cidadania, sustentabilidade, meio ambiente, transparência, parceria, co-gestão, e outros.

Ação a ser destacada na atuação do IICA em 2004 foi a criação e implantação do Fórum Permanente de Desenvolvimento Rural como instância articuladora do trabalho nacional e difusora da experiência brasileira em desenvolvimento rural sustentável para o resto do continente, que veio a acelerar o intercâmbio de conhecimentos e de profissionais entre países da região em processos de cooperação técnica horizontal.

O Instituto Banco Mundial, o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) realizaram um programa de capacitação à distância intitulado “Conhecimento e Aprendizado para a Redução da Pobreza Rural no Nordeste do Brasil”. O programa consta de uma série de videoconferências e discussões *on-line*

que visam estimular o diálogo entre especialistas, representantes de governos estaduais e do *governo federal*, terceiro setor, acadêmicos e sociedade civil sobre temas relevantes relacionados à redução da pobreza rural no Nordeste do Brasil, tendo em vista a complexa e a dinâmica situação de exclusão social nessa árida região do território brasileiro.

O IICA promoveu, ao longo de 2004, diversos seminários e eventos de capacitação, nacionais e internacionais, sobre os mais variados temas previstos no mandato do instituto, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Eventos Organizados pela Representação do IICA no Brasil em 2004

Evento	Data de Realização	Lugar de Realização	Participantes
Intercâmbio em desenvolvimento local sustentável (em parceria com o IICA/Espanha e com o Ministério da Agricultura, Pesca e Alimentos da Espanha)	Agosto/2004	Espanha (Extremadura e Castilla y Leon)	Trinta e cinco (35) técnicos de instituições brasileiras e internacionais
Curso de Formação em Desenvolvimento Rural Sustentável	Setembro/2004	Espanha	Vinte e cinco (25) técnicos do IICA e de outras instituições brasileiras
Conferência Internacional sobre Combate à Desertificação para o Desenvolvimento Sustentável no Semi-Árido CCD+10 (em parceria com o Ministério da Integração Nacional, Dnocs, Ministério do Meio Ambiente, BNB e Governo do Estado do Ceará)	Setembro/2004	Fortaleza, CE	Seiscentos (600) convidados de instituições brasileiras e internacionais
"Série Internacional de Diálogos Globais: <i>perspectiva de gênero para fortalecer pequenas e médias empresas rurais e crédito sustentável</i> " (quatro videoconferências)	Janeiro a Dezembro/2004	Virtual	Várias instituições com missão relacionada ao tema da série nos países participantes dos eventos
Seminário Internacional "Equidade de Gênero e Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais"	Março/2004	São Luís, MA	Seiscentos (600) participantes, entre técnicos, dirigentes e atores sociais, ligados ao tema da equidade de gênero
V Curso de Planejamento do Desenvolvimento Local Sustentável – "Construção de uma Estratégia de Desenvolvimento Sustentável para os Territórios Rurais com Equidade de Gênero no Maranhão"	Março a Junho/2004	São Luís, MA	Quarenta (40) lideranças de trabalhadoras rurais
Intercâmbio em temas de recursos hídricos e de combate à desertificação	Outubro/2004	Espanha (Valência e Múrcia)	Vinte e quatro (24) técnicos e dirigentes de instituições brasileiras e do IICA/Venezuela

5.6. Gestão do Meio Ambiente

A desertificação é resultante da degradação ambiental nas regiões subúmidas, áridas e semi-áridas, derivada de fatores naturais e de atividades humanas, e causada por uma interação complexa de fatores físicos, biológicos, políticos, sociais, culturais e econômicos.

Os eventos climáticos representam componentes decisivos no contexto da desertificação. Sendo uma ocorrência natural, a seca é responsável por sérios desequilíbrios que afetam negativamente os sistemas de produção. Portanto, a mitigação dos efeitos da seca e a coexistência ou a convivência com esse fenômeno devem motivar as atividades de previsão desse fenômeno, que devem ser direcionadas para a redução da vulnerabilidade da sociedade e dos sistemas naturais.

Nesse campo, a atuação do IICA se concretiza no Programa de Luta contra a Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca na América do Sul, cuja proposta é melhorar as condições sociais e econômicas das comunidades rurais afetadas pela desertificação, a partir da mudança de comportamento, de tecnologias apropriadas, de capacitação e de treinamento, tendo como base o desenvolvimento sustentável.

O IICA tem conferido à agricultura prioridade quanto ao uso da água, tornando-a maior usuário da água. Para tanto, empenha-se na busca de soluções eficientes para a aplicação dos recursos hídricos, visando à maximização da produtividade da produção agrícola, sem prejuízo da preservação do potencial do país. Para atingir esses objetivos, o IICA desenvolve parcerias no gerenciamento integrado de recursos hídricos, sempre coerentes com as realidades regional e local.

Em especial, o IICA desenvolve ações de cooperação técnica a algumas secretarias estaduais de recursos hídricos direcionadas para as seguintes metas:

- fortalecer o institucional das secretarias de recursos hídricos estaduais e dos órgãos ambientais associados, dotando-as de bases técnico-legais e administrativas visando o gerenciamento integrado dos recursos hídricos;
- implementar o conceito de desenvolvimento do recurso terra e água no amplo contexto do território definido pela bacia hidrográfica e sua envoltória geográfica em benefício do meio sócio-ambiental com o objetivo de mitigar impactos e otimizar recursos financeiros e humanos propiciados pelas ações de cooperação;
- desenvolver e implementar tecnologias adequadas para o uso racional dos recursos hídricos no setor da agricultura irrigada e formular políticas de irrigação com o enfoque “água para a agricultura, água para a alimentação”, em consonância com as metas de desenvolvimento do milênio, que é a redução da pobreza rural;
- desenvolver instrumentos de implementação de políticas de recursos hídricos como formação de comitês de bacia, sistemas de informação, procedimentos de outorga para os direitos de uso da água, monitoramento de parâmetros hidroambientais;
- desenvolver aspectos relacionados à quantidade e à qualidade dos recursos hídricos, ao abastecimento e ao saneamento rural, a práticas agrícolas adequadas de conservação do solo, à prevenção de perdas de solo produtivo, à gestão de riscos, secas e enchentes, e à reciclagem e à reutilização da água para a agricultura, tudo em consonância com as diretivas e orientações internacionais vigentes e amplamente adotadas no contexto do desenvolvimento sustentável.

5.7. Modernização Institucional

Em relação à modernização institucional, o IICA no Brasil tem se empenhado em criar e fortalecer as estruturas institucionais nacionais encarregadas da formulação, da execução e da avaliação de estratégias, políticas, programas e projetos de desenvolvimento rural, nos âmbitos nacional e local, por intermédio de atividades de capacitação para o fortalecimento institucional. Entre as atividades desenvolvidas nesse tema, destacam-se as seguintes:

- elaboração de um plano de modernização da Área de Tecnologia da Informação do Mapa e implementação de um programa de gestão integrada de informações agropecuárias;
- provisão à Secretaria de Reforma Agrária (SRA) do MDA de instrumentos de planejamento para fortalecer estruturas e processos para a inserção dos agricultores familiares e assentados da reforma agrária no mercado e, por meio da articulação das políticas públicas e dos atores locais, permissão a que estes assumam a coordenação e a maior parcela dos lucros gerados;
- fortalecimento das estruturas técnica e administrativa da Secretaria de Infra-Estrutura Hídrica do Ministério da Integração Nacional, para promover o apoio institucional necessário às instituições do setor público responsáveis pelo desenvolvimento da agricultura irrigada;
- apoio à Embrapa em relação ao fortalecimento das atividades de propriedade intelectual, especialmente na área de proteção legal de cultivares, bem como à organização do sistema de licenciamento de tecnologias e de estrutura interna da transferência de tecnologia;
- elevação da capacidade de gestão da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Social e de organizações não-governamentais para gerir programas e projetos de desenvolvimento local sustentável, especialmente os relacionados ao combate à pobreza rural nos estados do Ceará, da Bahia, de Pernambuco, do Rio Grande do Norte, do Piauí, do Maranhão e do Rio Grande do Sul;
- criação, na Secretaria de Recursos Hídricos do Estado do Ceará, da capacidade de gerenciamento integrado dos projetos de irrigação do estado;
- incrementação na capacidade das entidades governamentais para que possam gerir e avaliar os impactos de projetos de desenvolvimento rural sustentável, especialmente os relacionados com o combate à pobreza rural e à fome no país;
- intervenção junto à Embrapa no desenvolvimento de atividades-chave para o fortalecimento institucional;
- fortalecimento da capacidade das secretarias de agricultura e de planejamento dos estados das regiões Nordeste e Sul, ampliada para a execução de projetos e programas de cooperação técnica que vislumbrem o desenvolvimento rural sustentável.

5.8. Outras Atividades

Ressalta-se o trabalho do IICA na elaboração do *Diagnóstico sobre a situação atual da educação do campo no Brasil*, contextualizando e identificando práticas de políticas e de

experiências inovadoras em curso e levantando o avanço de suas experiências, cobertura, eficiência e equidade a fim de:

- entender e caracterizar o universo da educação do campo;
- evidenciar em que estados e regiões a educação do campo tem maior densidade de experiências inovadoras;
- identificar os fatores relevantes presentes nas experiências analisadas;
- estabelecer conclusões e recomendações que auxiliem a elaboração de um projeto de apoio à educação do campo.

6. COOPERAÇÃO INTERAGENCIAL

Foi realizada uma aliança estratégica com a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) para levantar informações sobre o universo cooperativista. Além disso, houve o acercao de relações com o Mapa/Denacoop e Unicef para atuação em ações junto aos jovens rurais.

É importante destacar a realização de vários eventos de capacitação organizados em conjunto pelo IICA/Brasil, IICA/Espanha e pelo Ministério da Agricultura, Pesca e Alimentos da Espanha, entre os quais se evidenciaram:

- **INTERCÂMBIO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL**, realizado em agosto de 2004, na Espanha, mais especificamente em Extremadura e Castilla y Leon, contando com a participação de 35 técnicos de instituições brasileiras e internacionais (IICA/Brasil e IICA/Venezuela);
- **CURSO DE FORMAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL**, realizado em setembro de 2004, na Espanha, contando com a participação 25 técnicos do IICA e de outras instituições brasileiras;
- **INTERCÂMBIO EM TEMAS DE RECURSOS HÍDRICOS E COMBATE À DESERTIFICAÇÃO**, realizado em agosto de 2004, na Espanha, mais especificamente em Valência e Múrcia, contando com a participação de 24 técnicos e dirigentes de instituições brasileiras e do IICA/Venezuela.

7. APOIO BRINDADO AO DESENVOLVIMENTO DE PLANOS E ESTRATÉGIAS NACIONAIS

O **Plano de Ação Agro 2003-2015** reflete a intenção dos países membros em trabalhar para o alcance da visão compartilhada. Em seu teor, consta que os governos nacionais são os principais responsáveis pela implementação da agenda compartilhada bem como são os responsáveis por executar o Plano de Ação à luz de seus compromissos e acordos internacionais.

A **Agenda Hemisférica 2003-2005** é a primeira de seis agendas bienais por meio das quais será implementado o Plano de Ação Agro 2003-2015. Os governos dos países encaminharão relatórios sobre seu progresso na implantação de cada agenda bienal à Reunião Ministerial sobre Agricultura e Vida Rural que se realiza no final de cada período e usarão esses relatórios para atualizar a agenda do período subsequente.

O IICA no Brasil tem apoiado a implementação do Plano Agro 2003-2015. No tópico a seguir, constam, primeiramente, as ações previstas na *Agenda Hemisférica: capítulo 2003-2005*, sempre acompanhadas das ações a serem praticadas pelo IICA no Brasil – ações essas previstas em sua Agenda Nacional – de acordo com o tema a que se referem.

7.1. A Agenda Hemisférica: Capítulo 2003–2005 – Contexto Nacional e Internacional

Dimensão produtivo–comercial

Agenda Hemisférica 2003-2005:

Apoiar uma reforma real e significativa na agricultura, mediante o fortalecimento das normas multilaterais que regulam o comércio agropecuário, conforme foi acordado em Doha, incluindo melhorias significativas no acesso aos mercados.

Reduzir, com vistas à eliminação, todas as formas de subsídios de exportação e de reduções substanciais das ajudas internas que distorcem o comércio.

Apoiar o estabelecimento de áreas de livre comércio no hemisfério e em outros foros regionais ou sub-regionais.

Apoiar o desenvolvimento de capacidades e à cooperação técnica para a consecução desses objetivos, inclusive, participando nesse processo.

Agenda Nacional 2004-2005:

O IICA criou oficialmente, em maio de 2003 (reunião realizada em Brasília/DF), a Secretaria Técnico-Administrativa do Conselho Agropecuário do Sul (CAS), cujas funções são exercidas por intermédio dos escritórios do IICA localizados na Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai, países membros em que possui representação.

A Representação do IICA no Brasil participa desse esforço conjunto com as demais representações do instituto na Região Sul e objetiva cumprir a diretriz formulada pela sua direção-geral, que estabelece como uma das prioridades a cooperação do instituto na região no período 2002-2006: “promover os esforços que apóiem a cooperação na agricultura e facilitem o comércio agrícola dentro do contexto do Mercosul” e, especificamente, “apoiar o Foro Ministerial Regional como mecanismo de diálogo e coordenação regional”.

Agenda Hemisférica 2003-2005:

Atribuir alta prioridade às políticas regionais de saúde animal, sanidade vegetal e inocuidade dos alimentos, fortalecendo os sistemas nacionais e regionais e reafirmando seu compromisso com as organizações competentes, reconhecidas pelo Acordo sobre a Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias da OMC e com as organizações internacionais pertinentes – *Codex Alimentarius*, Organização Internacional de Epizootias (OIE), Convenção Internacional sobre Proteção Fitossanitária (CIPF) – e com as organizações regionais e internacionais pertinentes.

Agenda Nacional 2004-2005:

Destaca-se a solicitação de apoio feita pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) ao IICA quanto à identificação, caracterização e descrição de pragas de hortaliças com risco potencial para o Brasil, associadas às culturas elencadas como prioritárias para o trabalho de Análise de Risco de Pragas (ARP), que subsidiem a formulação da política pública fitossanitária pelo Mapa.

Agenda Hemisférica 2003-2005:

Promover condições econômicas e sociais propícias ao desenvolvimento de agronegócios, geração de emprego, integração das cadeias agroprodutivo-comerciais e sua participação no contexto mundial.

Agenda Nacional 2004-2005:

Tendo em vista a importância estratégica para as cadeias do agronegócio brasileiro, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento solicitou o apoio do IICA na montagem e na organização da Conferência Internacional de Rastreabilidade de Produtos Agroalimentares, cujos temas centrais serão os sistemas da conformidade, identificação de origem e rastreabilidade da cadeia agroalimentar.

Ainda em relação à rastreabilidade, o Mapa conta com a participação do IICA na implementação de iniciativas-piloto do Sistema Agrícola de Produção Integrada (Sapi), a serem desenvolvidas com a cadeia agroindustrial da carne bovina.

Agenda Hemisférica 2003-2005:

Estimular a micro, pequena e média empresa rural, cooperativas e grupos comunitários dedicados à produção agropecuária, agroindústria e serviços rurais.

Agenda Nacional 2004-2005:

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) manifestou interesse na identificação de oportunidades e de desenvolvimento do agronegócio no semi-árido brasileiro. O trabalho, a ser articulado pelo IICA, será realizado mediante ações de cooperação técnica desenvolvidas com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Agenda Hemisférica 2003-2005:

Incentivar o cooperativismo como forma de melhorar a organização da produção e comercialização, bem como a renda rural.

Agenda Nacional 2004-2005:

O Mapa solicitou ao IICA o apoio técnico em ações que visam o desenvolvimento do cooperativismo nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. Nesse sentido, o IICA realizará um estudo cujo objetivo é conhecer o universo cooperativista do Nordeste nas dimensões econômicas, sociais, políticas, culturais e de contribuição para o desenvolvimento regional e, principalmente, para o desenvolvimento do agronegócio.

Serão também pesquisadas áreas e setores mais representativos de atuação das cooperativas, a diversidade cooperativista e a contribuição destas para o desenvolvimento de territórios e do agronegócio em dadas regiões. Torna-se interessante o conhecimento sobre a contribuição do cooperativismo no processo de mobilização da população para a participação de empreendimentos de caráter coletivo e associativo, com a finalidade de geração de renda e emprego.

Tem-se a expectativa de que o citado estudo possa indicar novos temas para o debate do cooperativismo no Nordeste e, também, fornecer elementos para subsidiar formulação de políticas, diretrizes e programas de ação por parte do governo em suas três instâncias (federal, estadual e municipal) e por parte de agências nacionais e internacionais de desenvolvimento em direção ao requerido progresso do setor cooperativista na região em pauta.

Agenda Hemisférica 2003-2005:

Incentivar o estabelecimento de prioridades e a revitalização das capacidades de pesquisa mediante a coordenação entre agricultores, centros de pesquisa e serviços agrícolas.

Facilitar o acesso a tecnologias inovadoras que sejam adaptáveis e práticas, vinculadas diretamente com os sistemas de produção, processamento e comercialização.

Agenda Nacional 2004-2005:

O IICA no Brasil continuará desempenhando o papel de articulador da rede de pesquisa ProCitrópicos, ProCisur com a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). Dessa forma, os países da região e do hemisfério poderão se beneficiar dos projetos de pesquisa científica em curso e usufruir seus resultados.

Agenda Hemisférica 2003-2005:

Facilitar o acesso a novas tecnologias para aumentar a produtividade e estabelecer um mecanismo hemisférico com vistas a alcançar a melhor compreensão da ciência e da segurança dos produtos biotecnológicos, inclusive a criação de bases de dados. Considerar o desenvolvimento da biotecnologia e sua aplicação na agricultura sob uma visão estratégica sustentável.

Agenda Nacional 2004-2005:

O apoio do IICA à Embrapa na execução do Projeto de Apoio ao Desenvolvimento de Tecnologia Agropecuária (Prodetab), com destacada importância na geração e na utilização da pesquisa agropecuária para melhorar a competitividade e a qualidade das cadeias produtivas foi bastante relevante. Além disso, colaborou para o desenvolvimento de comunidades rurais que precisam de tecnologia de produção agropecuária, preferencialmente com agregação de valor aos seus produtos, de conhecimentos técnicos gerados de acordo com

as necessidades e demandas, de conservação dos recursos naturais, enfim, de estudos que atendam seus anseios e garantam a sustentabilidade econômica, social e ambiental da sua exploração.

Agenda Hemisférica 2003-2005:

Apoiar as ações conducentes ao cumprimento das normas internacionais de sanidade agropecuária.

Agenda Nacional 2004-2005:

Tendo em vista a importância estratégica para as cadeias do agronegócio brasileiro, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento solicitou o apoio do IICA na montagem e na organização da Conferência Internacional de Rastreabilidade de Produtos Agroalimentares, cujos temas centrais serão os sistemas da conformidade, identificação de origem e rastreabilidade da cadeia agroalimentar. Igualmente foi solicitado o apoio para colaborar com o Comitê de Sanidade Vegetal do Conesul (Cosave) na prevenção de disseminação de pragas vegetais no comércio inter-regional e na prevenção de doenças animais da altíssima importância estratégica.

Dimensão ecológico-ambiental

Agenda Hemisférica 2003-2005:

Promover a agricultura orgânica, bem como normas sobre a produção, vigilância, controle e certificação da qualidade e do comércio de produtos orgânicos.

Agenda Nacional 2004-2005:

Os projetos desenvolvidos pelo IICA, no âmbito da parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, têm previsto em seu escopo a promoção da agricultura orgânica.

Dimensão sociocultural e humana

Agenda Hemisférica 2003-2005:

Incentivar programas de desenvolvimento rural com equidade de gênero, levando em conta o aspecto multicultural, quando pertinente, atribuindo atenção especial a diferentes grupos étnicos para melhorar as condições de vida da população rural.

Agenda Nacional 2004-2005:

No âmbito da parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o IICA utilizará sua experiência e conhecimentos para a articulação, juntamente com o Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (Nead/MDA), de uma rede nacional para construção do Observatório de Desenvolvimento Rural. Nesse observatório, a participação das organizações não-governamentais e das entidades de representação de trabalhadores rurais, mulheres, comunidades indígenas e quilombolas, entidades estudantis, movimentos sociais (regional e nacional) será vital para que seja viabilizado como uma rede capaz de interligar instituições de pesquisa, entidades de assessoria, centros de tecnologia e de comercialização, agricultores

e agricultoras familiares, assentados de reforma agrária, comunidades rurais tradicionais e conselhos estaduais e municipais de desenvolvimento rural.

Agenda Hemisférica 2003-2005:

Promover a capacitação agropecuária e rural e recomendar às autoridades competentes a avaliação e o credenciamento das disciplinas de educação agrícola.

Agenda Nacional 2004-2005:

O IICA promoverá, por solicitação da Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA), o intercâmbio técnico na área de extensão rural. Com a publicação do Decreto nº 4.739, que designa o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) como o responsável pelas ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), recaiu sobre o Projeto IICA/Pronaf a atribuição de executar ações, no âmbito da cooperação técnica, que viabilizem atitudes e políticas de assistência técnica em nível nacional.

Essas ações, além de disponibilizarem a assistência técnica da União, até então restrita a políticas estaduais, iniciativas de organismos não-governamentais e aos agricultores familiares brasileiros, incluem uma política nacional de assistência e de apoio ao meio rural. Entre as inovações, haverá um sistema descentralizado com a participação dos governos estaduais, organizações de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) estatal, não-estatal e movimentos sociais. Essa estrutura vai gerenciar, inclusive, a aplicação de recursos financeiros.

Nesse contexto, será de grande importância a participação do IICA como facilitador para o intercâmbio de conhecimentos no setor de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) nas Américas, por meio de suas relações internacionais com as agências dos demais países do continente.

Dimensão político-institucional

Agenda Hemisférica 2003-2005:

Fortalecer os mecanismos de cooperação entre os países nas áreas de cooperação técnica, conhecimento, informação e experiências que contribuam para a modernização da agricultura e da vida rural.

Agenda Nacional 2004-2005:

Existem hoje no Brasil e no exterior numerosas iniciativas de planejamento e gestão do desenvolvimento sustentável nos mais diversos âmbitos geográficos, sejam mesorregiões, microrregiões, aglomerados de municípios ou nos denominados territórios rurais, realizadas por organismos governamentais e não-governamentais. Essas iniciativas estão todas fundamentadas nos mesmos princípios metodológicos, embora possam utilizar estratégias diferenciadas para alcançar os objetivos a que se propõem. Sistematizar, avaliar e comparar essas experiências pode oferecer importantes subsídios para aperfeiçoar as ações atuais e orientar novas iniciativas de desenvolvimento local sustentável.

Os antecedentes mencionados estimulam o IICA no Brasil a promover ações para a construção e para o desenvolvimento de capacidades sustentáveis.

Entre as ações programadas para o período 2004-2005, destacam-se o Seminário Internacional *Enfoque Territorial: Uma Estratégia para o Desenvolvimento Rural Sustentável*, a ser realizado no Estado do Piauí, e o intercâmbio em desenvolvimento local sustentável, a ser realizado na Espanha, mais especificamente em Extremadura e Castilla y Leon.

Agenda Hemisférica 2003-2005:

Promover oportunidades adicionais para a cooperação com atores interessados nos setores agrícolas e não-agrícolas e com a sociedade civil, assegurando que as instituições agrícolas tenham suficiente capacidade para alcançar esses objetivos.

Agenda Nacional 2004-2005:

A experiência do IICA na condução de ações de desenvolvimento rural, realizadas nos últimos dez anos, por intermédio da cooperação técnica, particularmente na Região Nordeste, faz com que esta área temática seja uma das mais demandadas ao IICA em termos de cooperação por parte dos governos estaduais e do governo federal.

O IICA vem trabalhando em estreita aliança com o Banco Mundial e com o Banco Interamericano de Desenvolvimento para apoiar os governos dos estados na aplicação dos recursos financeiros provenientes de empréstimos externos necessários à implementação de projetos de desenvolvimento no meio rural.

O instituto continuará praticando seu modelo de identificação e tratamento de oportunidades e demandas, assim como a organização social da população e a elaboração de projetos com a efetiva participação das comunidades beneficiárias. Propiciará também continuidade à cooperação técnica em ações de combate às causas da pobreza rural nos estados da Bahia, Ceará, Maranhão, Piauí, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Sergipe que servem de modelo para a possível aplicação dessas ações em outros estados do Brasil.

Agenda Hemisférica 2003-2005:

Fortalecer a interação regional e hemisférica entre ministérios e secretarias de agricultura, entre organismos internacionais e entre ambos.

Agenda Nacional 2004-2005:

O IICA continuará desenvolvendo ações, relacionadas ao desenvolvimento rural sustentável, com o Ministério da Integração Nacional e continuará promovendo a redução das desigualdades regionais, mediante o fortalecimento da capacidade institucional do ministério no que diz respeito ao processo de formulação de políticas, aos mecanismos e instrumentos de desenvolvimento regional e à implementação de programas integrados de desenvolvimento.

Mais especificamente, o IICA estará apoiando as prioridades da Secretaria de Programas Regionais do Ministério da Integração Nacional. Essas prioridades estão concentradas em um conjunto de ações previstas em programas estruturantes incluídos no plano plurianual do governo federal, em que se sobressaem àqueles voltados para a promoção de arranjos produtivos locais e de cadeias produtivas regionais como instrumento eficaz de

promoção do desenvolvimento regional justamente por alavancar, em bases sustentáveis, o potencial endógeno das áreas assistidas.

7.1.2. Territórios Rurais

Dimensão produtivo-comercial

Agenda Hemisférica 2003-2005:

Promover condições que estimulem, no meio rural, o desenvolvimento da infra-estrutura necessária, empresas competitivas e o incremento dos investimentos que melhorem a vida no campo.

Agenda Nacional 2004-2005:

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) manifestou interesse na identificação de oportunidades e de desenvolvimento do agronegócio no semi-árido brasileiro. O trabalho, a ser articulado pelo IICA, será realizado mediante ações de cooperação técnica desenvolvidas com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Agenda Hemisférica 2003-2005:

Promover sistemas inovadores de serviços financeiros e não-financeiros e de gestão de riscos para o meio rural.

Agenda Nacional 2004-2005:

A Lei nº 10.823, de 19 de dezembro de 2003, autorizou o Poder Executivo a conceder subvenção econômica ao prêmio do seguro rural e criou o Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural (CGSR) com competência para gerir a aplicação do benefício.

O Poder Executivo está preparando sua regulamentação, por meio de decreto, e as condições operacionais gerais para sua efetiva aplicação. Ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) coube a responsabilidade de executar e coordenar todas as ações inerentes à implantação e à administração do novo programa governamental.

Em razão disso, o Mapa solicitou ao IICA apoio para desenvolver e implementar um sistema informatizado de gerenciamento e de operacionalização do novo programa para que o mesmo possa responder com eficácia e agilidade, dadas as características intrínsecas da nova ação governamental.

Ainda quanto ao tema em questão, cabe destacar que o IICA tem trabalhado com o objetivo de realizar estudos e avaliações para a implantação de um efetivo seguro rural no Brasil. Proveniente de um projeto de cooperação técnica, firmado entre o IICA e a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul, o livro *Reflexões sobre o seguro agrícola* é fruto do desenvolvimento deste trabalho e tem o intuito de esclarecer aspectos do seguro agrícola, nem sempre de conhecimento generalizado e que, por isso mesmo, podem se tornar entraves ao desenvolvimento deste importante instrumento de política agrícola.

O enfoque central dessas reflexões refere-se aos prováveis comportamentos da oferta e da demanda e à respectiva interação refletida teoricamente no equilíbrio de mercado. Ainda nesse aspecto, são abordados os incentivos ao crescimento do mercado de seguro agrícola. Posteriormente, são objetos de reflexão os requisitos para o seguro agrícola operar com eficiência e os mecanismos que avaliam a diluição e a partilha do risco. Por derradeiro, é oferecida uma proposta que sugere tratamento diferenciado aos seguros de sinistros generalizados e aos seguros de sinistros independentes.

Agenda Hemisférica 2003-2005:

Promover a segurança alimentar mediante o aumento da produtividade, maior acesso ao mercado por meio da melhor distribuição e da produção de alimentos inócuos e nutritivos, bem como da produção e do consumo de produtos que ofereçam maiores vantagens comparativas, considerando os aspectos sociais e econômicos.

Agenda Nacional 2004-2005:

Ainda com o Ministério da Integração, o IICA contribui para o desenvolvimento da agricultura irrigada, papel essencial no contexto da política governamental, com ênfase em determinadas regiões estratégicas do país. Cabe destacar o trabalho de inserção competitiva da fruticultura irrigada, que deverá ter continuidade e ser ampliado para a agricultura irrigada como um todo. O IICA deverá, ainda, colaborar com o Mapa no desenvolvimento dos programas de produção integrada de frutas (PIF) e outros grupos de espécies.

Agenda Hemisférica 2003-2005:

Melhorar a conectividade rural e o acesso à informação mediante o estabelecimento de sistemas de redes de informação entre as comunidades.

Agenda Nacional 2004-2005:

Cabe destacar o compromisso assumido pela direção-geral do IICA com o Ministério do Desenvolvimento Agrário para a criação da Rede de Excelência em Desenvolvimento Rural no Brasil, que será uma instância articuladora do trabalho nacional e difusora da experiência brasileira para o resto do continente, acelerando, assim, o intercâmbio de conhecimentos e de profissionais entre países da região nos processos de cooperação técnica horizontal.

A finalidade da rede será integrar e potencializar as capacidades, experiências e instrumentos de cooperação técnica em atividades e projetos em que o instituto já vem colaborando, ampliando assim sua capacidade de cooperação técnica.

O IICA no Brasil facilitará a aprendizagem contínua em dupla via: difundindo a experiência brasileira na formulação de estratégias, políticas, programas e projetos; e recuperando melhores práticas utilizadas no desenvolvimento rural em outros países e que podem ser úteis para o Brasil.

Agenda Hemisférica 2003-2005:

Promover maior articulação entre os produtores, centros de pesquisa e serviços agropecuários públicos e privados, tendo em vista a definição de prioridades e a implementação de atividades nas áreas da pesquisa e da transferência de tecnologia.

Agenda Nacional 2004-2005:

O Banco Mundial, o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) realizaram um programa de capacitação à distância intitulado *Conhecimento e Aprendizado para a Redução da Pobreza Rural no Nordeste do Brasil*.

O principal objetivo desse programa foi incrementar a capacidade individual e institucional por meio da promoção de programas de capacitação para a redução da pobreza rural na região. Por intermédio do desenvolvimento de uma rede de atores comprometidos com o compartilhamento de experiências sobre questões ligadas ao tema, o programa buscou integrar e melhorar o conhecimento de todos os envolvidos com o desenvolvimento de áreas rurais no Nordeste, assim como buscou incentivar a participação das instituições locais na formulação de políticas e na implementação de programas voltados aos pobres e ao meio rural.

Dimensão ecológico-ambiental

Agenda Hemisférica 2003-2005:

Aumentar a compreensão do impacto ambiental dos sistemas agropecuários convencionais e das tecnologias de produção apropriadas aos sistemas agroecológicos.

Agenda Nacional 2004-2005:

O IICA tem conferido prioridade à agricultura como o maior usuário da água. Empenha-se também na busca de soluções eficientes para a aplicação dos recursos hídricos, visando à maximização da produção agrícola sem prejuízo da preservação do potencial do país. Para atingir esses objetivos, desenvolve parcerias no gerenciamento integrado de recursos hídricos, sempre coerentes com a realidade regional e local.

Em especial, o IICA e o Ministério do Meio Ambiente desenvolvem ações de cooperação técnica direcionadas para as seguintes metas:

- adoção de tecnologias recomendáveis para racionar os recursos hídricos no contexto da gerência de comitês de bacias hidrográficas, promovendo a sustentabilidade da exploração agrícola;
- fortalecimento institucional das secretarias de recursos hídricos estaduais e dos órgãos ambientais associados com o intuito de promover o gerenciamento integrado dos recursos hídricos.

Agenda Hemisférica 2003-2005:

Promover o acesso a práticas agropecuárias, florestais e pesqueiras sustentáveis sob a ótica do meio ambiente, bem como a sua adoção, incluindo alternativas agroecológicas e orgânicas.

Agenda Nacional 2004-2005:

A Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República (Seap/PR) foi criada pelo atual governo federal para assessorar direta e imediatamente o presidente da República na formulação de políticas e de diretrizes para o desenvolvimento e para o fomento

da produção pesqueira e aquícola. De maneira especial, para promover a execução e a avaliação de medidas, programas e projetos de apoio ao desenvolvimento da pesca artesanal e industrial, bem como de ações voltadas à implantação de infra-estrutura de apoio à produção e comercialização do pescado e de fomento à pesca e à aquíicultura.

Com estreito relacionamento com a Seap, e com vistas a apoiar a implementação dessas metas, o IICA no Brasil prevê a análise de políticas, diretrizes e modelos operacionais nacionais, estaduais e municipais, visando à integração dos agentes públicos e privados para que haja a devida execução do planejamento estratégico do desenvolvimento da pesca e da aquíicultura no Brasil, especialmente na Região Nordeste.

Agenda Hemisférica 2003-2005:

Apoiar o melhor entendimento e facilitar o diálogo e o trabalho em prol do consenso hemisférico no que diz respeito aos vínculos entre biodiversidade e agricultura no contexto dos acordos nacionais e internacionais.

Fortalecer as capacidades nacionais e locais para a atenuação de desastres naturais.

Agenda Nacional 2004-2005:

A desertificação é resultante da degradação ambiental nas regiões subúmidas, áridas e semi-áridas e deriva de fatores naturais e de atividades humanas, sendo também causada por uma interação complexa de fatores físicos, biológicos, políticos, sociais, culturais e econômicos.

Os eventos climáticos representam componentes decisivos no contexto da desertificação. Por ser uma ocorrência natural, a seca é responsável por sérios desequilíbrios que afetam negativamente os sistemas de produção. Portanto, a mitigação dos efeitos da seca e a coexistência ou a convivência com esse fenômeno devem motivar as atividades de previsão do mesmo. Tais atividades devem ser direcionadas para a redução da vulnerabilidade da sociedade e dos sistemas naturais.

Nessa seara, a atuação do IICA se concretiza no *Programa de Luta contra a Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca* na América do Sul, cuja proposta é melhorar as condições sociais e econômicas das comunidades rurais afetadas pela desertificação a partir da mudança de comportamento, de tecnologias apropriadas e de capacitação e treinamento, tendo como base o desenvolvimento sustentável.

Agenda Hemisférica 2003-2005:

Promover a agricultura sustentável sob uma visão agroecológica ampliada e inovadora baseada no ordenamento dos territórios rurais, na diversificação e no uso não-alimentar da produção agrícola.

Agenda Nacional 2004-2005:

As ações desenvolvidas pelo IICA, em conjunto com a Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA), no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica, deverão propor inovações para estar à altura das necessidades e dos anseios da sociedade nacional. Para que esse processo aconteça em todo o território brasileiro, e para que ele se transforme em uma efetiva conquista democrática, será necessário promover o desenvolvimento rural desde uma perspectiva territorial. Nada mais inovador do que

estimular o desenvolvimento endógeno dos territórios rurais, partindo da ampliação da capacidade de mobilização, organização, diagnóstico, planejamento e autogestão das populações locais. Nada mais avançado do que orientar políticas públicas segundo as demandas expressadas pelas comunidades e pelas organizações da sociedade, reconhecendo as especificidades de cada território e ofertando instrumentos de desenvolvimento que atendam a essas características.

Para alcançar os objetivos da proposta de desenvolvimento dos territórios rurais desse projeto, desenhou-se um cenário de contínua articulação e adequação de políticas públicas com oportunidades e iniciativas territoriais capazes de:

- desenvolver ainda mais o capital social e o capital humano nos territórios apoiados, ainda que já presentes e atuantes;
- introduzir inovações sócio-econômicas capazes de ampliar e diversificar suas atividades geradoras de renda e empregos, de caminhar para a consolidação de uma economia territorial que valorize os recursos locais, apoiando projetos inovadores, demonstrativos e associativos;
- estabelecer espaços institucionais de articulação, debates, decisão e gestão de planos territoriais de desenvolvimento, capazes de organizar os recursos territoriais em torno de iniciativas sustentáveis e competitivas;
- introduzir práticas de gestão social que aumentem e qualifiquem a participação social e que estabeleçam novos processos de interação dos setores públicos com a sociedade civil.

Agenda Hemisférica 2003-2005:

Incentivar o diálogo e colaborar com outros setores ligados à vida rural com vistas ao desenvolvimento de atividades que vinculem a agricultura com outras atividades não-agrícolas, tais como agroturismo, ecoturismo e serviços ambientais.

Agenda Nacional 2004-2005:

A Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA) propõe uma agenda de trabalho com o IICA que prevê, entre outras ações, a viabilização de intercâmbio técnico entre a área de turismo rural e a de agricultura familiar.

Tem sido cada vez mais freqüente a inclusão do turismo nas discussões que tratam do desenvolvimento rural e da agricultura familiar. As transformações no modo de organização das populações rurais apontam o turismo como ferramenta capaz de proporcionar diversificação da renda, valorização da cultura local, comercialização da produção pelos próprios agricultores familiares e ainda estimular o resgate da auto-estima dessas populações.

Há no continente americano uma boa experiência com o turismo rural, área bastante interessante para o Brasil. Com o intuito de colaborar com o desenvolvimento desse filão, o IICA pode utilizar sua estrutura montada em 34 países do continente americano para sistematizar experiências de turismo rural e promover intercâmbios entre os países, propiciando o crescimento desejado.

Dimensão sócio-cultural e humana

Agenda Hemisférica 2003-2005:

Apoiar a interação e a coordenação público-privada no sentido de fortalecer as capacidades nacionais para a ação estratégica, o diálogo e a negociação.

Agenda Nacional 2004-2005:

O curso de formação em desenvolvimento rural sustentável, realizado na Espanha, com duração de três semanas, como ação de capacitação programada para o período 2004-2005, teve por objetivos:

- analisar e comparar as experiências espanholas e brasileiras sobre políticas, instrumentos, organização, estratégias e metodologias de intervenção para o desenvolvimento rural; e
- atualizar a informação dos participantes sobre os novos enfoques de desenvolvimento rural com base nas experiências dos alunos e com base nos estudos de caso e nas visitas de campo, que serão realizadas no decorrer do curso.

Dimensão político-institucional

Agenda Hemisférica 2003-2005:

Apoiar a participação das comunidades rurais nas decisões que afetam sua vida e o ambiente em que vivem, em especial no sentido de desenvolver suas capacidades, habilidades de liderança e sua participação em programas governamentais.

Agenda Nacional 2004-2005:

A decisão do governo brasileiro em propor uma política nacional que apóia o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais foi resultado de um processo de acúmulos e de reivindicações de setores públicos e de organizações da sociedade civil que avaliaram necessária a articulação de políticas nacionais com iniciativas locais, segundo uma abordagem inovadora. Essa decisão teve como resultado a proposta de criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial, no âmbito do MDA, e a formulação de um programa nacional apresentado, e aprovado, no âmbito do Plano Plurianual do Brasil, 2004-2007.

Mesmo com avanços em espaços conquistados pelos movimentos sociais, os resultados ainda estão muito aquém das necessidades. Alguns poucos resultados podem ser considerados restritos a determinadas regiões ou setores. As assimetrias quanto às oportunidades de desenvolvimento ainda produzem, no meio rural, o maior contingente de pobres e de excluídos.

Para ser valorizado, o rural precisa cumprir com os requisitos da produção, da otimização de seus recursos e da geração de riquezas, o que somente será viável se forem compreendidos e dinamizados seus próprios recursos humanos e naturais; se forem incorporados elementos da ciência, na forma de tecnologias ambientalmente amigáveis; se forem articulados as suas interações com os demais setores econômicos; se o seu capital social se desenvolver e se, com ele, as pessoas encontrarem melhores oportunidades de bem-estar e de dignidade.

7.1.3. Cadeias Agroprodutivo–Comerciais

Dimensão produtivo–comercial

Agenda Hemisférica 2003-2005:

Promover o fortalecimento da articulação das cadeias agroprodutivo-comerciais e a ampliação da infra-estrutura para o desenvolvimento.

Promover programas de pesquisa, desenvolvimento e comercialização de produtos que utilizam matéria-prima nacional que lhes agreguem valor.

Agenda Nacional 2004-2005:

Destaca-se a cooperação prestada pelo IICA ao fortalecimento do Mapa visando à formulação e à implementação de políticas para o desenvolvimento do agronegócio, a partir da realização de estudos e diagnósticos das principais cadeias produtivas do agronegócio brasileiro.

Dimensão sociocultural e humana

Agenda Hemisférica 2003-2005:

Promover o desenvolvimento de capacidades empresariais entre os diferentes grupos sociais e culturais da comunidade rural.

Agenda Nacional 2004-2005:

A experiência de gestão participativa e descentralizada desenvolvida pelo IICA é aplicada na capacitação de beneficiários dos projetos de cooperação técnica do Instituto no Brasil, conforme a elaboração de planos regionais e locais de desenvolvimento sustentável, mais especificamente nos estados do Ceará, Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Piauí, Maranhão e Paraíba, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

A capacitação é realizada por intermédio de uma abordagem sistêmica e integrada na formulação e execução de projetos de base de agricultura familiar, com forte componente de desenvolvimento organizacional para elevar a compreensão dos beneficiários sobre aspectos técnico-gereciais e sobre novos conceitos e valores, como cidadania, sustentabilidade, meio ambiente, transparência, parceria, co-gestão, etc. Os profissionais capacitados tornam-se multiplicadores de conceitos e de metodologias na promoção de ações com enfoque sustentável e participativo.

8. RESULTADOS DA IMPLEMENTAÇÃO DOS PROJETOS DE INVESTIMENTO

A Representação do IICA no Brasil tem acumulado conhecimentos e experiências em temas importantes, investindo em projetos em áreas estratégicas como comércio e desenvolvimento de agronegócios, inovação tecnológica, sanidade agropecuária e inocuidade de alimentos, desenvolvimento rural sustentável e capacitação no meio rural.

Como resultado da implementação de investimentos realizados ao longo de 2004, pode-se destacar a retomada de ações de cooperação técnica com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), o que desde 1999 não ocorria, culminando com a elaboração de dois ou mais projetos para o fortalecimento daquela instituição.

9. OPORTUNIDADES PARA A COOPERAÇÃO NO FUTURO

A Representação do IICA no Brasil tem buscado diversificar sua atuação no país, no que tange à cooperação técnica ao setor agropecuário brasileiro. Entre as principais oportunidades de cooperação técnica vislumbradas para 2005 e que já estão em fase final de elaboração destacam-se as seguintes:

- Projeto de Cooperação Técnica para Fortalecimento do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e para o Planejamento Estratégico do Agronegócio;
- Projeto de Cooperação Técnica para Implementação de um Programa de Gestão Integrada de Informações Agropecuárias do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- Projeto de Cooperação Técnica em Apoio à Superintendência do Núcleo de Programas Especiais (Nepe/Seagro) na implementação do Programa de Desenvolvimento Integrado do Maranhão (Prodim).

10. PUBLICAÇÕES

Da Silva e Silva, Milton José. *Reflexões sobre Seguro Agrícola*, 2004.

Furtado de Souza, José Ribamar; Pontes Furtado, Eliane Dayse. *(R)evolução no desenvolvimento rural: território e mediação social*, 2004.

Gomes de Moura, Emanuel. *Agroambientes de transição entre o trópico úmido e o semi-árido do Brasil*. 2004. 312p.

Braceras, Fidel Maria; Filho, João Matos; Braceras, Liliana; de Souza, Lincoln Moraes; da Cruz, Rogério Pires; de Menezes, Sebastião Francisco. *Gestão do desenvolvimento local: experiências exitosas no Rio Grande do Norte*, 2004.

Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA. *Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável do Agreste*, Potengi e Trairi, 2004. Vol. I: Diagnóstico – 245p. Vol. II: Programas e Projetos – 234p. Vol III: Participação da Sociedade – 186p.

Heredia, Beatriz; Medeiros, Leonilde; Palmeira, Moacir; Cintrão, Rosângela; Pereira, Leite Sérgio. *Análise dos impactos regionais da reforma agrária no Brasil*, 2004.